



## DEFENDEMOS O AUMENTO DO SALÁRIO PARA TODOS

Na reunião (25 de Março) após a apresentação de um texto de AE e RC, o governo/administração da CP, entregou uma proposta de Acordo de Princípio, em que, mais uma vez, pretende que TODOS os ferroviários desta empresa fiquem sem aumento salarial.

Com uma pequena actualização de 0,9, pretendem fazer face ao brutal aumento do custo de vida quando a inflação em Março foi de 5,3%, o que significaria mais uma redução do poder de compra dos trabalhadores e mais um ano sem verem a valorização dos seus salários.

O último aumento salarial, que abrangeu todos os trabalhadores, remonta a 2018. É inaceitável mais um ano sem aumento dos salários e, ainda por mais, num ano é que o custo de vida está a aumentar significativamente!

## PROPOSTA PARA DIVIDIR

A proposta de Acordo de Princípio do passado dia 25 de Março, não responde à valorização dos salários de todos, e apresenta-se como a forma de resolver um problema da inclusão dos trabalhadores da ex. EMEF, que o governo e a empresa não o quis resolver e que se arrasta desde 2020.

É uma proposta de Acordo de Princípio que:

- **Que só permitia “aumentar” os trabalhadores num valor inferior a 3 cêntimos por dia;**
- **Só permitia negociar o RC de todos daqui a dois anos,**
- **E que retira de direitos actuais.**

No que se refere à integração no AE/CP, aos trabalhadores da ex. EMEF, é criado a ilusão que haverá alguns "ganhos" imediatos mas que a longo prazo serão diluídos e que não compensa a retirada de direitos.

Após a promessa que na reintegração da EMEF na CP as diferenças iam ser niveladas por cima, a proposta da Governo/CP não vai nesse sentido e optou por fazer o contrário.

Alguns exemplos:

- **Passagem de 3 para 4 anos para subir de índice, o que é um prejuízo na progressão na carreira;**
- **Acabar com as anuidades (primeiros**

**cinco anos) e com a sexta diuturnidade, (excepção para quem já a tenha), quebrando assim a expectativa de muitos trabalhadores;**

- **Redução do subsídio de refeição;**
- **Redução do trabalho extraordinário diário e dias de descanso e feriado;**
- **Acabam com as 16 horas por mês de assistência à família remuneradas a 100%;**
- **Retiram a possibilidade de ida ao médico com tempo remunerado a 100%;**
- **Redução da acumulação de motorista de 6€ para 2,44€.**

Numa altura em muitos trabalhadores especializados abandonam a empresa por falta de reconhecimento monetário quando existe uma enorme dificuldade em recrutar novos trabalhadores, a apresentação desta proposta não galvaniza os actuais e futuros trabalhadores e não resolve um problema de fundo das oficinas.



## A MAIORIA PREVALECE

Após a reunião do dia 25, com a CP e o governo, o SNTSF/FECTTRANS, foi para os locais de trabalho auscultar os associados e trabalhadores, para sabermos que resposta dar, ao “Acordo de Principio” que nos foi apresentado.

Realizámos plenários em todas as oficinas e continuamos a auscultar todos os trabalhadores e a opinião maioritária é de não aceitar a proposta de “Acordo de Principio”. **Esta foi também a opinião da maioria dos trabalhadores da ex. EMEF que na grande maioria dos plenários votaram pelo NÃO!**

O resultado da opinião já recolhida vai ser apresentada aos negociadores indicados pelo governo/CP, com a reivindicação de se continuarem as negociações para se encontrar uma proposta que mereça a aceitação dos trabalhadores.

E para isso entendemos que não se devem misturar as questões. A resolução do problema dos trabalhadores da ex. EMEF, não pode ter como contrapartida a aceitação de um “aumento” de 0,9% e a não negociação do AE

## O ESCLARECIMENTO, A MOBILIZAÇÃO E A LUTA VÃO CONTINUAR

**Os trabalhadores sabem que juntos conseguem ir mais longe e que é possível alcançar as suas expectativas e melhorar os direitos e os salários de quem trabalha. Os trabalhadores ferroviários sabem que com a sua unidade, é a sua palavra que prevalecerá.**

**O SNTSF/FECTTRANS, após a resposta do governo/CP, passará a nova auscultação dos trabalhadores, para discutir as formas de intervenção e luta que têm que ser desenvolvidas, nas quais se incluirá a greve e a acções de rua.**

**Será com a mobilização de todos que se obrigará a uma negociação justa que permita a valorização dos salários de todos os trabalhadores e que não retire direitos.**

